

# COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

## PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 28, DE 2008

Altera dispositivos da Lei Complementar nº 80, de 12 de janeiro de 1994, que organiza a Defensoria Pública da União e prescreve normas gerais para os Estados e Distrito Federal, e dá outras providências.

**Autor:** PODER EXECUTIVO

**Relator:** Deputado MAURO BENEVIDES

### PARECER COMPLEMENTAR

Durante a discussão do parecer sobre a proposição em apreço, recebemos diversas sugestões oferecidas por eminentes membros deste Órgão Colegiado, nomeadamente os Deputados Geraldo Pudim, José Eduardo Cardozo, José Genoíno, Regis de Oliveira, Sérgio Barradas Carneiro e Valtenir Pereira, com vistas ao aperfeiçoamento do texto do substitutivo apresentado.

Dentre tais sugestões, acatamos as apresentadas pelos ilustres Deputados Regis de Oliveira e Valtenir Pereira, que alteram a redação dada pelo substitutivo aos arts. 22 e 102, § 1º, da citada Lei Complementar nº 80, de 1994.

Assim, em face do acatamento dessas sugestões, a nova redação dos aludidos dispositivos passa a ser a seguinte:

*“Art. 22. Os Defensores Públicos Federais de Categoria Especial atuarão junto ao Superior Tribunal de Justiça, ao Tribunal Superior do Trabalho, ao Tribunal Superior Eleitoral, ao Superior Tribunal Militar e à Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais”. (NR)*

*“Art. 102 .....*

*§ 1º Caberá ao Conselho Superior decidir sobre a fixação ou alteração de atribuições dos órgãos de atuação da Defensoria Pública e, em grau de recurso, matéria disciplinar e os conflitos de atribuições entre membros da Defensoria Pública, sem prejuízo de outras atribuições”. (NR)*

De igual modo, acatamos a sugestão apresentada pelo nobre Deputado José Eduardo Cardozo no sentido de manter, no texto do substitutivo, a redação dada pelo projeto original ao art. 4º, inciso VII, da aludida Lei Complementar nº 80, de 2008, cujo teor é o seguinte:

*“Art. 4º .....*

*VII – promover ação civil pública e todas as espécies de ações capazes de propiciar a adequada tutela dos direitos difusos, coletivos ou individuais homogêneos, nestes dois últimos casos quando o resultado da demanda puder beneficiar, de alguma forma, grupo de pessoas hipossuficientes”.(NR)*

Mantemos, por fim, inalteradas as demais disposições do substitutivo, bem como a conclusão do voto pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei Complementar nº 28, de 1994, e, no mérito, por sua aprovação, tudo na forma do substitutivo ofertado.

Sala da Comissão, em                      de                      de 2009.

Deputado MAURO BENEVIDES  
Relator